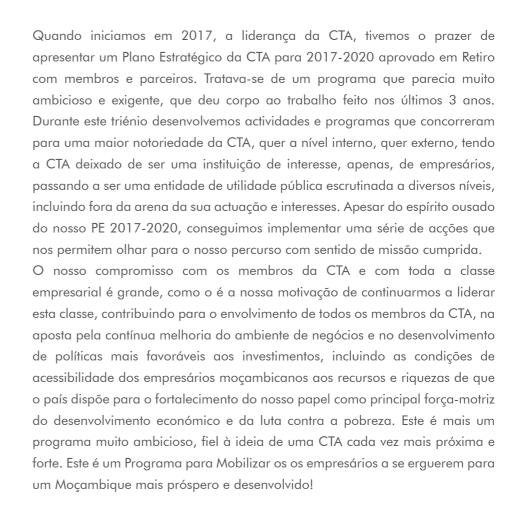


PLANO ESTRATÉGICO

2020 - 2024



1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CTA





Agostinho Vuma
Presidente da CTA



3. Conselho Directivo



AGOSTINHO ZACARIAS VUMA
Presidente
FEDERAÇÃO MOÇAMBICANA DE EMPREITEIROS (FME)



PRAKASH PREHLAD
Vice-Presidente
Federação Moçambicana de Comércio
e Servicos (FEMOCOS)



MARIA DE A. ABDULA Vice-Presidente Associação Comercial de Moçambique (ACM)



ZUNEID CALOMIAS
Vice-Presidente
Associação dos Transportadores
Redoviários de Carga de Maputo
(ASTROCAMA)



VASCO MANHIÇA
Vice-Presidente
Federação Moçamblicana de Turismo
(FEMOTUR)



4. Órgãos Sociais

JORGE FERNANDE Presidente



LUÍS HONDLANE Vice-Presidente Associação dos Taxemos do Chiado do Resudo (AFAVCINA)



Assembleia Geral

NOME	CARGO
Jorge Fernandes	Presidente da Mesa da Assembleia
Luís Mondlane	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia
Victor Miguel	Secretario da Mesa da Assembleia

Conselho Directivo



AGOSTINHO ZACARIAS VUMA.
Presidente
redenção moçambionas de empleteinos grims)



PRAKASH PREHLAD Vice-Presidente Federalia Roperiscopa de Comunia Bernicon/FENGOSI



HARIA DE A. ABDULA Vice-Presidence



Vice-Presidente
Autocosto des Parigontedores
Reducente de Cargo de Happin
LIGITECAMIO



VASCO MANHIÇA Vice-Presidente Patricipa de Turio archituro

NOME	CARGO
Agostinho Vuma	Presidente do Conselho Directivo
Prakash Prehlad	Vice-Presidente do Conselho Directivo
Maria de Assunção Abdula	Vice-Presidente do Conselho Directivo
Zuneid Calumias	Vice-Presidente do Conselho Directivo
Vasco Manhiça	Vice-Presidente do Conselho Directivo

Conselho Fiscal



FARUK OSMAN Presidente Intocepto Comercial e influebra da Manas (ACP)



HOCENCIO PARLINO
Wegal
Antonopie del Paparen y
Prince in Germanni APPLI

NOME	CARGO
Faruk Osman	Presidente do Conselho Fiscal
Hermenegildo Idelfonso	Vice-Presidente do Conselho Fiscal
Inocêncio Paulino	Vogal do Conselho Fiscal



5. Pelouros



Definição

- 1. Os Pelouros são órgãos de base dos Mecanismos Consultivos da CTA, de orientação sectorial e/ou transversal, coordenador e promotor de debates a nível do sector privado e do diálogo com o Governo das questões da Agenda do Diálogo Público e Privado (DPP) e outras questões que concorram para a realização dos objectivos da CTA na melhoria do ambiente de negócios.
- 2. A Agenda do DPP é o conjunto das questões acordadas entre o Sector Privado e o Governo que visam melhorar o ambiente de negócios e constam das matrizes aprovadas.



5. Pelouros

- 3. As matrizes são um conjunto de questões que preocupam o sector privado e o Governo e que devem ser resolvidas com vista a melhoria do ambiente de negócios. Para além das questões, as matrizes apresentam a fundamentação de como a resolução da questão contribui para a melhoria do ambiente de negócios, os responsáveis para a resolução da questão e o prazo.
- 4. Com os Pelouros, cria-se um instrumento de descentralização do processo de diálogo, em particular a tomada de decisão e posição, em relação às decisões do Governo que têm impacto nas empresas.

Objectivos dos Pelouros

O DPP constitui uma plataforma, um instrumento privilegiado de articulação entre o Governo e Sector Privado. Neste âmbito, os Pelouros têm como objectivos gerais:

- O estabelecimento de uma plataforma permanente de diálogo com o Governo e outros parceiros relevantes;
- O envolvimento do sector privado nas discussões de tópicos relacionados com o ambiente de negócios;
- O alcance, pelo Governo e pelo Sector Privado, duma visão comum do desenvolvimento económico do país baseado no crescimento sustentável do Sector Privado;
- O tratamento concertado e sistemático das prioridades identificadas e aprovadas, incluindo aquelas que, mesmo não tendo sido identificadas ou aprovadas, estejam relacionados ou tenham alguma afinidade com as questões de desenvolvimento do sector empresarial do país.

O objectivo geral do trabalho desenvolvido pelos mecanismos consultivos é melhorar o ambiente de negócios para que este se torne favorável ao desenvolvimento de um sector empresarial privado de modo a se tornar forte e dinâmico. Para o efeito, a nível da agenda geral dos mecanismos consultivos os Pelouros têm por objectivo:

- A redução/remoção das Barreiras Administrativas ao Negócios.
- A criação de um adequado quadro de políticas económicas e sectoriais que promovam a competitividade e qualidade empresarial;
- A melhoria das condições das infra-estruturas básicas;



6. Delegações Empresariais Provinciais

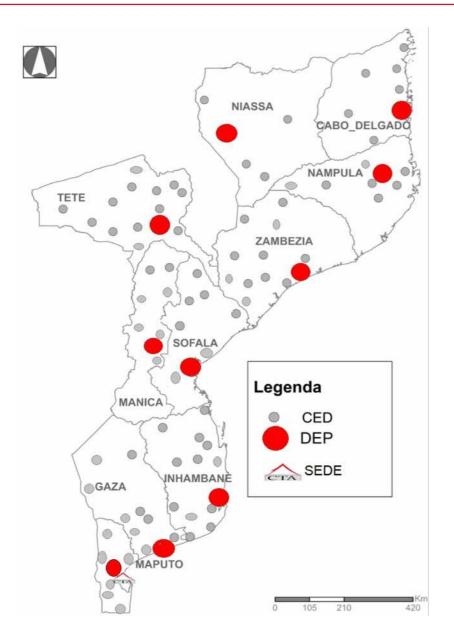


Definição e Objectivo Principal

- 1. A Delegação Provincial é o órgão que representa a CTA no território da província onde se encontra localizada.
- 2. O Conselho Empresarial Provincial (CEP) é o órgão máximo de consulta da CTA à nível da província onde se encontra localizado e se encontra integrado na estrutura organizacional das Delegações Provinciais da CTA (DEP).
- 3. O CEP tem como objectivo principal a promoção do diálogo com o Governo provincial, Autarquias Locais, bem como outras entidades públicas e privada da província em que se encontra localizado, com vista à remoção das barreiras ao desenvolvimento da actividade empresarial.



6. Delegações Empresariais Provinciais



Delegações Provinciais

Maputo Tete

Gaza Zambezia Inhambane Nampula

Sofala Cabo Delgado

Manica Niassa

Delegações Distritais

Maputo	(07)	Tete	(13)
Gaza	(10)	Zambezia	(11)
Inhambane	(13)	Nampula	(80)
Sofala	(09)	Cabo Delgado	(06)
Manica	(06)	Niassa	(04)



7. PROPÓSITOS DO PLANO ESTRATÉGICO





7.1. VISÃO, MISSÃO E VALORES

A nossa Missão



A grande Missão do nosso Programa para o próximo quadriénio é fazer a diferença na vida dos nossos associados e da sociedade, conduzindo mudanças fulcrais necessárias, positivas e duradouras, transformando os desafios que as empresas enfrentam em oportunidades de afirmação, as potencialidades da intervenção dos nossos mecanismos de diálogo em evidências para o sucesso da nossa advocacia.

A nossa Missão será, de forma participativa, **Facilitar o quadro de negócios que dê primazia à actividade privada**, bem como incentivar Organizações Empresariais Inclusivas, Proactivas e Prósperas.

A nossa Visão



A nossa visão continua sendo de um Sector Privado Coeso, Produtivo e Competitivo.

Queremos, neste quadriénio, contribuir construtivamente para a afirmação do sector privado como o principal agente de promoção do desenvolvimento e estímulo a adição de valor dos produtos locais.

Os nossos Valores





- Legalidade;
- Boa Governação e boas práticas;
- Integridade Empresarial; e
- Produtividade.









7.2. PRINCÍPIOS



Durante o quadriénio será colocado como prioridade a promoção dos seguintes princípios:

Cooperação e Coesão

Trabalhar em conjunto, prestando serviços e desenvolvendo projectos e acções em prol do bem comum de todos membros da CTA. Enquanto membros de uma classe empresarial alargada, com experiências e áreas de actuação distintas e actuando em sectores de actividade distribuídos por todo o País, serão usadas as competências, talentos e recursos disponíveis e como um todo, para partilhar responsabilidades, quer pelos serviços prestados diariamente aos associados e à classe empresarial, quer pelas grandes decisões ou pela resolução de problemas mais complexos que afectam o ambiente de negócios. Pretende-se promover continuamente uma equipa coesa de membros dos diversos órgãos sociais, com um sentido de perseverança face aos desafios internos e externos, e como fonte mobilizadora da coesão que pretendemos ver acontecer entre todos os membros, pois só esta coesão será decisiva no alcance e na força da visibilidade do trabalho e da imprescindibilidade da nossa acção como Confederação.

Integridade e Transparência

O actual Plano Estratégico está assente nos valores humanos, na ética e na deontologia e pretende desenvolver uma cultura de rigor, exigência e qualidade, para responder de forma sólida, coerente e credível ao compromisso de servir os interesses da classe empresarial moçambicana. Assim, durante o quadriénio, as informações serão acessíveis de forma clara e transparente, os relatórios de contas, planos e orçamentos e demais trabalhos realizados pela CTA.

Comunicação em rede

O Plano Estratégico 2020-2024 baseoa-se numa visão comum que facilitará a integração de ideias, a comunicação e os níveis de participação de todos os associados, desenvolvendo a consciência da interligação e da interdependência, potenciando o desenvolvimento de projectos e o trabalho em rede, e o envolvimento de todos.

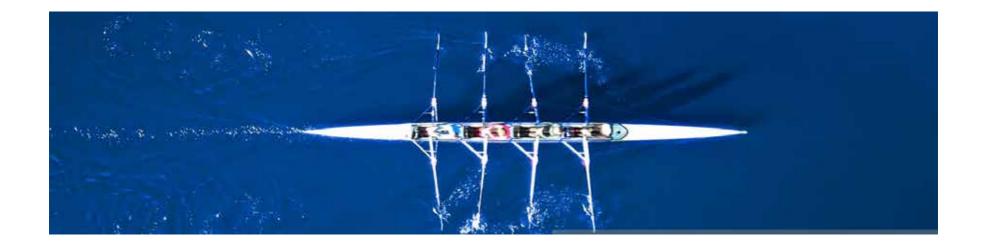


Equidade

O Plano Estratégico 2020-2024 irá promover a integração plena de todos os membros, garantindo qualidade de serviços para todos, promovendo a paridade de direitos e deveres, mas garantindo simultaneamente soluções e esforços diferenciados e personalizados, de acordo com as necessidades e especificidades de cada sector de actividade e das diferentes realidades e particularidades dos contextos de intervenção e de área de actuação.

No serviço aos membros

O Plano Estratégico 2020-2024 irá promover a qualidade e excelência, na busca do desenvolvimento organizacional da CTA, através de uma cultura de melhoria contínua das acções e serviços, do desenvolvimento de competências para que cada um dê o melhor de si mesmo, e de uma cultura de avaliação permanente a todos os níveis, nas diferentes equipas e com todos os membros. Com esta abordagem, tem-se em vista o aumento da qualidade, eficiência e excelência, promovendo práticas que simultaneamente potenciem os recursos e garantam a sustentabilidade.





7.1. Análise SWOT



Análise SWOT A capcidade institucional e experiência de 25 anos fazendo lobby e advocacia a favor do desenvolvimento empresarial em Moçambique; O consenso a volta da liderança do desenvolvimento do sector privado, colocando a CTA na linha da **Forças** frente; A institucionalização do Diálogo com o Governo A estreita relação com parceiros de desenvolvimento de Moçambique A fraca realização da matriz acordada com o Governo o que gera descontentamento junto do Sector Privado: Fraca contribuição do sector privado no financiamento das actividades em prol da melhoria do ambiente Fraquezas de negócios; Fraca ligação entre o Conselho Directivo e Conselho Empresarial Provincial; Fraca canalização dos problemas dos empresários nas províncias para a sede; A identificação de prioridades de reformas continua a ser feita de forma aleatória. A fraca de coordenação do processo de reformas no seio do Governo; As iniciativas de diálogo por parte do Governo com diversas entidades, ferindo o conceito inicial do DPP Ameaças Constelação de matrizes Existência do PAMAN como instrumento aglutinador das reformas do médio prazo; Existência de think tanks com matérias relevantes para o desenvolvimento do sector privado já estudadas Existência de novos paradigmas de desenvolvimento do sector privado, nomeadamente o crescimento verde e desenvolvimento sustentável; **Oportunidades** Existência de um gestor provincial que pode actuar como Provedor do Empresário a nível provincial O advento das TICs que podem contribuir para maior participação no processo do diálogo com o Governo a nível nacional.



8. LINHAS FUNDAMENTAIS DO PLANO ESTRATÉGICO 2020-2024



O PE 2020-2024 baseia-se em acções de continuidade e aprimoramento do trabalho iniciado no triênio 2017-2020, com enfoque para:

- 1. Consolidação e aprimoramento do novo modelo de DPP;
- 2. Empoderamento dos membros através da consolidação e dinamização das Associações Empresariais, Federações Sectoriais e Câmaras de Comércio;
- 3. Aposta no estabelecimento de ligações empresariais e no conteúdo local como basilares no novo contexto de uma economia dominada pela indústria do petróleo e gás;
- 4. Aposta no desenvolvimento da agricultura e toda a sua cadeia de valor como sector prioritário da economia nacional;
- 5. Melhor aproveitamento das missões empresariais para a internacionalização de marcas e produtos nacionais e atração de parcerias com vantagens mútuas;
- 6. Tornar a CTA num verdadeiro centro de recursos técnicos para apoio aos membros, através de uma equipa executiva verdadeiramente competente e qualificada;
- 7. Reforçar e ampliar a influência da CTA a nível social e político;
- 8. Aumentar a proximidade da Confederação e o envolvimento dos associados em todas as acções da CTA, incluindo nos benefícios da sua participação;
- 9. Melhorar a qualidade dos serviços aos membros;
- 10. Difundir o papel da CTA na sociedade e a todos os níveis.

Para a materialização da Missão, Visão e Valores da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), o PE 2020-2024 define os seguintes objectivos que irão nortear a acção diária em prol do desenvolvimento do sector empresarial e do nosso movimento associativo:

• Capacitar técnica e administrativamente as Delegações Empresariais Provinciais (DEPs) tornando-as mais representativas, interventivas e independentes na advocacia por matérias específicas do ambiente de negócios nas suas áreas de jurisdição;



- Colocar as PMEs nacionais no centro de toda a advocacia para elevar a sua capacidade produtiva e competitividade num contexto de maior presença de grandes multinacionais;
- Fortalecer e consolidar o papel da iniciativa privada no desenvolvimento da economia nacional;
- Promover a boa governação na estrutura dos associados para a sua maior elegibilidade nos concursos e outros benefícios de assistência à economia;
- Promover acções de premiação e estímulo à iniciativa criativa e aos melhores produtores nacionais;
- Fortalecer e consolidar da CTA como entidade de utilidade pública, alargando o seu escopo de advocacia para outras entidades, como as Comissões Especializadas da Assembleia da República para melhor influenciar medidas legislativas a favor da economia;
- Promover acções contínuas de Capacity Building Institucional, das Organizações das Empresas;
- Promover maior transparência dos actos administrativos através de uma permanente prestação de contas;
- Promover o diálogo interno entre os associados, promovendo maior participação dos membros nas reflexões que conduzam à tomada de decisões estruturantes sobre a vida da Confederação, privilegiando a massificação e uso das TICs;
- Promover harmonia no relacionamento entre os membros e assegurar maior partilha dos benefícios da accão da CTA, em prol de um desenvolvimento e acesso equilibrado aos diversos recursos mobilizados pela Confederação;













9. PILARES FUNDAMENTAIS DO PLANO ESTRATÉGICO 2020-2024



Com vista a conduzir a bom porto os destinos da CTA e do Sector Privado em Moçambique e responder à actual dinâmica e desafios da conjuntura doméstica e internacional, as prioridades do PE 2020-2024 assentam em 4 pilares fundamentais, nomeadamente:





PILAR A

AUMENTAR A
PRODUTIVIDADE DO
DIÁLOGO
PÚBLICO-PRIVADO





PILAR B

APROFUNDAR O
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL DA
CTA





PILAR C

COMPETITIVIDADE

DO SECTOR

EMPRESARIAL

MOÇAMBICANO





FORTIFICAR
PARCERIAS INTERNAS
E EXTERNAS





A. AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DO DIÁLOGO PÚBLICO PRIVADO



Como se sabe, o principal instrumento da actuação da CTA é o Diálogo Público-Privado, composto por Pelouros, com o diálogo estruturado da seguinte forma:

- A Conferência Anual do Sector Privado (CASP);
- A Reunião do Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios, (CMAN);
- As Reuniões Bimensais entre os Pelouros da CTA e respectivos Ministros;
- Reuniões de âmbito provincial (DEPs e Governadores).

É fundamental que o Diálogo Público-Privado melhore a produtividade e impacto na vida empresarial. O dialogo, em si, não é o fim, mas um meio para atingir o resultado desejado pelos empresários.

Assim, para melhorar a produtividade do Diálogo com o Governo serão levada a cabo três actividades principais. A primeira será de **Desenvolver uma estratégia na qual, o diálogo é baseado em evidências** capaz de, rapidamente, convencer e mobilizar os principais stakeholders a implementar a reforma. A segunda actividade será de **Desenvolver sistema de monitoria de reformas aprovadas**: para além da CTA propor novas reformas, é preciso garantir que as reformas já aprovadas tenham uma implementação integral para que o seu racional se traduza em benefícios para o sector privado e o ambiente de negócios no geral. Por fim, e terceira seria de **Aumentar o ownership dos diversos sectores do Estado sobre quadro de reformas acordado:** para o efeito, a nossa candidatura trabalhará no sentido de advogar pela inserção das acções de reformas identificadas nos PES anuais, conformando-se com o PQG 2020 – 2024, de forma a revesti, a sua implementação, de força coerciva.







A. AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DO DIÁLOGO PÚBLICO PRIVADO

Tabela 1: Aumentar a produtividade do diálogo público privado

AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DO DIÁLOGO PÚBLICO PRIVADO				
Actividade	Indicador	Meta	Inicio	Conclusão
Desenvolver uma estratégia na qual, o diálogo é baseado em evidências	ratégia na qual, o de reformas baseado em dências Número de propostas de reformas baseado em evidências Sistema de Monitoria desenvolvido	30% em 2021 50% em 2022 75% em 2023	2021 2022 2023	2021 2022 2023
Desenvolver sistema de monitoria de reformas aprovadas		Um Sistema de Monitoria	Abril de 2021	Dez 2021
Aumentar o <i>ownership</i> dos diversos sectores do	Número de Reformas integradas no PES corrente	50% em 2022 75% em 2023	2022 2023	2024 2024
Estado sobre quadro de reformas acordado		100% em 2024	2024	2024





A. AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DO DIÁLOGO PÚBLICO PRIVADO

Para a implementação das necessárias mudanças estruturais, será importante trabalhar na **promoção de uma abordagem integrada e a longo prazo das políticas de desenvolvimento**. Para o efeito, deverá ser criada uma visão de longo prazo de desenvolvimento do sector privado para propor ao Governo. Essa visão assentará na adição de valor dos produtos locais através da industrialização, bem como na melhoria da governação corporativa privada.

A área de estudos da CTA será mais capacitada para permitir uma CTA mais interventiva e firme em defesa do crescimento empresarial e melhoria do ambiente de negócios. Para o efeito, será criado um grupo de empresários que irão aconselhar o Conselho Directivo da CTA sobre diversos posicionamentos.

No âmbito da garantia da estabilidade política, essencial para o desenvolvimento do sector privado, a nossa candidatura dialogará com os principais partidos políticos como forma de apresentar e conquistar apoio na rápida implementação das reformas propostas pelo sector privado, bem como na resolução de prováveis conflitos que graçam a actividade privada.







B. APROFUNDAR O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA CTA

A CTA foi criada com uma visão, mas sem criar determinados instrumentos normativos orientadores dessa visão. Por isso, a CTA precisa de continuar a aprofundar o seu desenvolvimento institucional como organização por forma a se tornar, cada vez mais, una e mais representativa a nível nacional.

O modelo organizacional da CTA funcionou mais ou menos de forma eficaz nos últimos anos. Contudo, atento à dinâmica da sociedade, dos desafios da federalização da CTA no País, no contexto da conjuntura nacional e global, entende-se que a vitalidade da CTA passa por uma reestruturação do seu modelo Institucional, como mencionado a seguir.

Primeiro, a nível do funcionamento das delegações nas províncias e distritos, será desenhado um quadro lógico de actuação das nossas delegações. Aqui, o grande objectivo será de melhorar o nível de actuação das delegações provinciais e distritais que constituem os representantes da CTA a nível local. Os Presidentes dos CEPs deverão apresentar uma visão de como pretendem transformar o pensamento estratégico da CTA a nível da sua província. Portanto, com isto, o Presidente do CEP ao entrar em funções, já saberá o que deve fazer.

No sentido de contrariar a percepção de que o actual cenário de organização da CTA não garante maior representatividade participativa nos seus processos decisórios, as lideranças dos pelouros serão descentralizadas para membros baseados nas provincias diferentes de Maputo, trazendo-os a uma activa participação no processo decisório da CTA nacional, visando, deste modo, uma maior inclusão e alargamento da base de legitimidade das decisões dos órgãos centrais da CTA.

Cada candidato a Presidente do CEP terá de apresentar um programa de como pretende transformar a visão central da CTA para o nível local. Isto permitirá maior domesticação da nossa visão pelo nosso representado na província, bem como assegurar que, no exercício da democracia interna, os empresários na província tenham a possibilidade de escolher o programa mais apetecível, tendo em conta as especificidades de cada província.





B. APROFUNDAR O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA CTA

Tabela 2: Aprofundar o desenvolvimento institucional da CTA

APROFUNDAR O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA CTA					
Actividade	Indicador	Meta	Inicio	Conclusão	
Desenhar um quadro lógico de actuação das nossas delegações	Regulamento de funcionamento dos CEPs	Regulamento Aprovado	Jan de 2021	Abril de 2021	
Maior representatividade participativa dos membros a nível nacional nos seus processos decisórios	Numero líderes de pelouros provenientes de membros baseados nas provincias diferentes de Maputo	50%	Jan de 2021	June de 2024	
Domesticação do PE 2021-2024 a nível da província	Número de programas apresentados pelos candidatos a presidência dos CEPs	100%	2021	2021	
Aumentar a representatividade da matriz dos pelouros	Modelo de consulta dos pelouros ao sector privado	100%	Abril de 2021	Maio de 2021	
	Relatorio de monitoria do modelo de consulta	100%	Jul de 2021	Aug-21	
	Número de Membros consultados para a nomeação dos Pelouros	100% de Membros com situação regularizada	Jan de 2021	June de 2024	
Promover as boas práticas, transparência e ética nos negócios e Associativismo	Sistema independente de certificação das Associações e Câmaras aprovado	Aprovar o Sistema	Jul-21	Nov-21	
	Relatórios de avaliação	Implementar o sistema	Jan-22	Dez-2024	

A actuação dos pelouros deverá, sempre, basear-se em consulta, para assegurar inclusividade e legitimidade das posições apresentadas pela CTA ao Governo. Para o efeito, será desenvolvido um modelo de consulta e avaliado, periodicamente, para se verificar o seu cumprimento. Em termos representação dos pelouros, o Presidente da CTA, para sua nomeação, consultará aos membros sectoriais.

Havendo necessidade de despertar cada vez maior interesse de filiação e associativismo empresarial fortalecer e consolidar a Governação Corporativa, a CTA irá promover as boas práticas, transparência e ética nos negócios, institucionalizando um sistema independente de certificação das Associações, Câmaras e Empresas, promovendo, assim, a Governação Corporativa.





C. COMPETITIVIDADE DO SECTOR EMPRESARIAL MOÇAMBICANO

Os principais desafios para maior competitividade do sector empresarial moçambicano são, maioritariamente, derivados da Concorrência Desleal, dificuldades de Acesso ao Financiamento, financiamento à economia, ausência de Fundos de Insolvência e recuperação de Empresas, entre outros.

Não sendo tarefa exclusiva da CTA inverter o actual cenário desfavorável à nossa economia, decorrente dos mercados, tendo, porém, em vista minorar os efeitos destes desafios sobre o empresariado moçambicano, a nossa candidatura propõe-se a implementar duas perspectivas de abordagem:

- A primeira, será de capacitar as empresas. Nesta perspectiva serão criados instrumentos concretos de capacitação. No próximo mandato, queremos introduzir um Fundo de Apoio as Pequenas e Medias empresas. Este fundo será registado até Marco. Com isto, queremos contribuir, de forma directa, para o crescimento das PMEs, dando alternativas de financiamento e capacitação, em coordenação com o Governo. As PMEs terão oportunidade única de aceder a este fundo que há muito tem vindo a ser exigido. Queremos responder a este grande clamor das PMEs. Iremos, igualmente, certificar as empresas através do programa em curso o PRONACER.
- A segunda perspectiva é sobre o quadro legal. Aqui, iremos investir recursos para que seja finalizada a Lei sobre o Conteúdo Local como forma de criação de um quadro regulador que traga bases de como o conteúdo local deve ser desenvolvido.

Com estas duas perspectivas, acreditamos que iremos lograr sucessos no desenvolvimento empresarial em Moçambique. Iremos, igualmente, ter como prioridade a criação de um Código de Barras como forma de facilitar a vida das PMEs.

O desenvolvimento do conteúdo nacional, baseando-se nas perspectivas mencionadas acima, será em duas vertentes:

- Pública: Estado e Autarquias Locais, propondo medidas económicas e financeiras que permitam a participação de empresas nacionais nos fornecimentos de bens e serviços de uma fração pré-determinada do Orçamento do Estado; e
- Privada: Mega projetos: definição de critérios mais realísticos para a participação das Micro e PMEs nacionais e, publicitação desses critérios e das oportunidades de negócios existentes, bem como mecanismos de monitoria da contratação das Micro e PMEs.





C. COMPETITIVIDADE DO SECTOR EMPRESARIAL MOÇAMBICANO

- Negociar com o Governo políticas de reformas do Parque Empresarial do Estado, concentrando-se o Estado em empresas de sectores vitais da economia, e colocando o capital das empresas em sectores não vitais para serem subscritos, total ou parcialmente, pelo Sector Privado, com primazia para o nacional.
- Mobilizar fundos externamente, os quais possam servir, em coordenação com a banca comercial, para o estabelecimento de linhas de financiamento especiais, a taxas bonificadas, para empresas moçambicanas mais necessitadas, nomeadamente aquelas que mais sofrem o impacto negativo dos choques externos, como por exemplo as do sector agrário.







C. COMPETITIVIDADE DO SECTOR EMPRESARIAL MOÇAMBICANO

Tabela 3: Competitividade do Sector Empresarial Moçambicano

C. COMPETITIVIDADE DO SECTOR EMPRESARIAL MOÇAMBICANO				
Actividade	Indicador	Meta	Inicio	Conclusão
Capacitar as Pequenas e Médias	Número de programas de capacitação introduzidos	Três programas	Jan-21	Dez-2023
Empresas	Número de PMEs abrangidas	200 PMEs	Jan-21	Dez-2023
	Volume de recursos investidos	N.D		
Finalizar a Lei sobre o Conteúdo Local	Lei	Lei aprovada	Jan-21	Jun-22
Digitalizar o modelo de negócio das	Modelo de digitalização	Modelo de digitalização definido		
PMEs	Número de PME que aderem ao modelo	10 000 PMEs	Jun-21	Jun-23
	Proposta de Plano apresentado	Depositada a proposta no Governo	Jan-21	Apr-21
Desenvolver Conteúdo Nacional no		Incorporada a proposta na Lei Orçamental	Apr-21	Dez-2021
Orçamento do Estado	% das aquisições de Estado em produtos locais definida	Pelo menos 500 milhões de USD de aquisições do Estado em produtos locais	Jan-22	Dez-2023
	Serviços Públicos estruturantes mapeados	Plano de Digitalização apresentado	Jul-21	Mar-22
Identificar serviços públicos que produzam mudanças significativas no	Acordo com o Governo para digitalizar	Plano de Digitalização acordado	Out-2021	Mar-22
ambiente de negócios para serem digitalizados	Mobilizados investidores para a digitalização dos serviços mapeados	100 milhões de USD para investir na digitalização	Mar-22	Dez-2022





C. COMPETITIVIDADE DO SECTOR EMPRESARIAL MOÇAMBICANO

Como parte da estratégia para melhorar a competitividade das PMEs, a CTA irá **privilegiar a inovação tecnológica e desenvolvimento de competências** como ferramentas importantes para a produção interna, industrialização e competitividade empresarial, trabalhando para a criação de um programa de ligação entre empresas já consolidadas no mercado e jovens empreendedores e inovadores.

O processo de digitalização a ser seguido tem em vista a reduzir o seu custo, tempo e procedimentos para o sector privado, tornando-o mais flexível, ágil e competitivo.



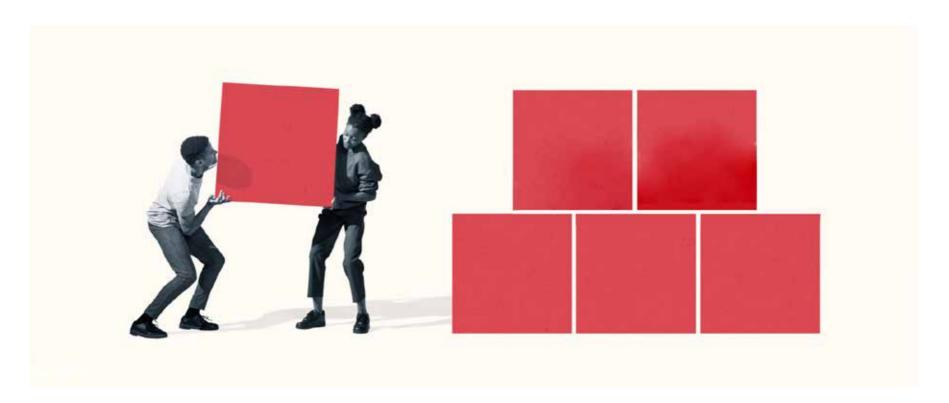




D. FORTIFICAR PARCERIAS INTERNAS E EXTERNAS

O PE 2020-2024 neste pilar , e a nível interno, assenta na promoção de parcerias que estarão baseado no conceito de consorcio , dado que foi evidenciado que as PMEs moçambicanas, individualmente, não estão a ter o sucesso desejado na participação das oportunidades de negócios dos grandes projectos, bem como grandes oportunidades do procurement do Estado.

A nível externo, iremos promover a transferência de tecnologias, bem como financiamentos acessíveis e acesso a mercados. Para o efeito, a CASP – Investment Summit será consolidada como uma grande plataforma de negócios, facilitando o contacto das PMEs nacionais com as empresas estrangeiras.





11. PLANO DE MONITORIA E AVALIAÇÃO



O Plano de Monitoria e Avaliação será baseado nos indicadores, metas e prazos conforme colocado nas matrizes do plano estratégico. O relatório de monitoria será feito na base anual incorporando a informação do grau de implementação, a justificativa e/ou pertinência para sua actualização e a proposta de reprogramação recomendada pela equipa de monitoria de forma a adequar as acções à situação vigente, no caso que seja necessário.

A monitoria do PE 2020-2024 iniciará com a avaliação dos 100 dias e seguirá a avaliação anual, para os subsequentes períodos.

A Unidade de Estudos da CTA será o principal responsável pela monitoria e avaliação do PE 2020-2024 e será apreciado e aprovado pelo Conselho Directivo, em sessão ordinária.







Av. Patrice Lumumba, 927 – Maputo – Mozambique